

Artigos de Pesquisa

Perfil dos estudantes e desempenho acadêmico: contributos para a política e práticas educacionais

Student profile and academic performance: contributions to educational policy and practices

Glauccio Roberto Bernardo de Cara¹ , Leandro S. Almeida^{2*}

¹Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (IFF), Campos dos Goytacazes (RJ), Brasil.

²Universidade do Minho (Uminho), Escola de Psicologia, Braga, Portugal.

COMO CITAR: CARA, G. R. B.; ALMEIDA, L. S. Perfil dos estudantes e desempenho acadêmico: contributos para a política e práticas educacionais. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 21, e19199, 2026. e-ISSN: 1982-5587. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v21i00.1919901>

Resumo

Este artigo analisa o perfil dos estudantes de graduação de um Instituto Federal (IF) localizado na região sudeste do Brasil, abrangendo variáveis sociodemográficas, econômicas e acadêmicas. Além disso, avalia o Coeficiente de Rendimento (CR), em relação às características identificadas na amostra. Os dados foram fornecidos pelo setor de registros acadêmicos da instituição, que, no ano de 2023, apresentava 4.679 matrículas ativas, incluindo estudantes de licenciatura e bacharelado de diferentes subáreas da Engenharia, das Ciências Humanas e da Matemática. Os resultados destacam uma diversidade notável, especialmente no que se refere à participação de grupos socioculturais tradicionalmente sub-representados, bem como de diferentes faixas etárias e origens geográficas. Por outro lado, revelam disparidades no desempenho de estudantes oriundos de escolas públicas, autodeclarados pretos ou pardos, com deficiência, de baixa renda, de primeira geração e daqueles que precisam conciliar os estudos com compromissos pessoais e familiares. Esses achados reforçam a compreensão de que a democratização da educação superior não deve se limitar ao ingresso, sendo fundamental proporcionar condições para a permanência e o sucesso dos estudantes. Nesse sentido, o presente artigo traz implicações para o aprimoramento das políticas e práticas educacionais.

Palavras-chave: ensino superior; política de cotas; democratização; perfil dos estudantes; educação profissional e tecnológica.

Abstract

This article analyzes the profile of undergraduate students at an Instituto Federal (IF) located in the southeast region of Brazil, covering sociodemographic, economic, and academic variables. Furthermore, it evaluates the Performance Coefficient (CR), in relation to the characteristics identified in the sample. The data were provided by the institution's academic records sector, which, in 2023, had 4,679 active enrollments, including students enrolled in licentiate and bachelor's degree programs from different sub-areas of Engineering, Human Sciences, and Mathematics. The results highlight a remarkable diversity, particularly with regard to the participation of sociocultural groups that have traditionally been underrepresented, as well as different age groups and geographic backgrounds. On the other hand, they reveal disparities in the performance of students from public schools, self-declared Black or Brown, with disabilities, low-income, first-generation students, and those who need to balance studies with personal and family commitments. These findings reinforce the understanding that the democratization of higher education should not be limited to access, making it essential to provide conditions for student permanence and success. In this sense, the present article presents implications for the improvement of educational policies and practices.

keywords: higher education; quota policies; democratization; student profile; professional and technological education.

INTRODUÇÃO

O Instituto Federal (IF), integrado à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPT), é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e

***Autor correspondente:**

leandro@psi.uminho.pt

Submetido: Abril 10, 2024

Revisado: Fevereiro 07, 2026

Aprovado: Fevereiro 09, 2026

Fonte de financiamento: nada a declarar.

Conflitos de interesse: Não há conflitos de interesse.

Aprovação do comitê de ética:

Não se aplica.

Disponibilidade de dados: Os dados de pesquisa não estão disponíveis.

Trabalho realizado no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (IFF), Campos dos Goytacazes, RJ, Brasil.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>), que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

multicampi, especializada na oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) (Brasil, 2008). O IF tem como finalidade a oferta de EPT nos diferentes níveis e modalidades da educação, visando à atuação e à qualificação profissional nos diversos setores da economia, e busca promover a formação integral dos educandos, assumindo o compromisso com a definição e execução de políticas de educação e trabalho, articulando os atores socioeducacionais e econômicos (Cara; Cruz; Manhães, 2023). Além de sua contribuição para a preparação de profissionais qualificados para atender às demandas do mercado de trabalho, a instituição, em virtude de sua ampla presença em áreas interiorizadas, assume igualmente uma função crucial na promoção da inclusão social e na redução das disparidades regionais e sociais (Pacheco, 2011). O IF foi formado pela integração de 31 Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets), 75 Unidades Descentralizadas de Ensino (Uneds), 39 escolas agrotécnicas, sete escolas técnicas federais e oito escolas vinculadas a universidades, todas parte da rede federal existente desde 1909. Até 2022, foram implementados 38 institutos, distribuídos em 602 unidades, ofertando 11.096 cursos. No mesmo ano, foram realizadas 1.437.395 matrículas, das quais 324.921 corresponderam aos cursos de graduação, atendendo a todos os estados da União e ao Distrito Federal (Brasil, 2023a). Enquanto instituição pública de ensino, o IF desenvolve suas ações de acordo com a política emanada do Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec) (Cara; Cruz; Manhães, 2023).

Entre as políticas vigentes para acesso aos cursos de graduação, especificamente, destacam-se o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), bem como o Sistema de Seleção Unificada (Sisu) (Brasil, 1998, 2010). Ao se inscrever no Sisu, o candidato pode escolher até duas opções de curso, em ordem de preferência, entre as vagas ofertadas pelas instituições participantes. Após a inscrição, o sistema seleciona, de forma automática, os candidatos com melhor classificação no curso optado, de acordo com suas notas no Enem e eventuais ponderações. Após a chamada regular, o sistema disponibiliza aos campi participantes uma lista de espera, destinada prioritariamente ao preenchimento das vagas que eventualmente não tenham sido ocupadas. Além disso, os IFs oferecem a opção de processo seletivo por meio de concurso vestibular próprio, como uma alternativa adicional de ingresso. Esse cenário reflete a prerrogativa dessas instituições de desenvolver e aprimorar métodos de seleção e admissão alternativos, considerando suas especificidades e visando atender melhor aos interessados (Brasil, 1999).

É importante mencionar que tais mecanismos de acesso estão integrados à política de cotas, conforme estabelecido pela Lei n. 12.711 (Brasil, 2012, 2016, 2023b). Atualmente, essa política reserva 50% das vagas em universidades e institutos federais para estudantes que tenham concluído todo o ensino médio em instituições públicas. Dentro desse percentual, metade das vagas é destinada a estudantes com renda familiar bruta igual ou inferior a um salário mínimo e meio per capita, enquanto a outra metade é destinada a estudantes de famílias com renda superior (Brasil, 2012, 2016, 2023b). Além disso, a lei estabelece reservas de vagas para autodeclarados pretos, pardos, indígenas, quilombolas e Pessoas com Deficiência (PcD), com base na proporção da população desses grupos no estado onde está situada a instituição. Os critérios de seleção incluem os resultados obtidos em exames classificatórios.

Sabe-se que a diversidade de mecanismos de ingresso é essencial para garantir a democratização do acesso ao ensino superior e a posterior inclusão social, pois permite aos estudantes de diferentes origens e perfis terem a oportunidade de obter o conhecimento e contribuir para o desenvolvimento social e econômico do País (Almeida et al., 2024). Por outro lado, importa reconhecer que as políticas de ações afirmativas não estão imunes a adversidades e, por si só, não correspondem às demandas do público a que se destinam. Algumas preocupações incluem a possível estigmatização dos estudantes em situação de vulnerabilidade e o desenvolvimento de medidas complementares que abordem outras barreiras para o acesso à educação, como a falta de um *design* educacional adequado ao atendimento diferenciado de um público cada vez mais diversificado (Marinho-Araújo, 2015; Heringer, 2018; Almeida et al., 2024).

Assim, conforme a representação de grupos em situações diversas de vulnerabilidade é ampliada nas instituições, maiores devem ser os esforços de gestores e professores com o propósito de equiparar as políticas e práticas educacionais às reais demandas dos estudantes (Farias; Gouveia; Almeida, 2022; Pereira-Neto et al., 2022). Estratégias de apoio, como orientação acadêmica, programas de mentoria e atividades de integração, por exemplo,

são cruciais para ajudar os estudantes a enfrentarem os desafios da transição e adaptação ao Ensino Superior (Araújo et al., 2016; Casanova et al., 2021, 2022; Osti; Almeida, 2022). Outras experiências curriculares e não curriculares, quando bem estruturadas, também podem favorecer a trajetória acadêmica ao longo do curso (Kuh, 2008; Kuh; O'Donnell; Schneider, 2017; Zhang; Guo; Shi, 2017; Conefrey, 2021). Esse propósito insere-se em uma demanda recorrente de análise do perfil da população atendida, considerando o impacto dessas características nas escolhas e nas trajetórias acadêmicas.

Nesse contexto, a partir de uma análise documental de natureza exploratória e quantitativa, este artigo apresenta o perfil dos estudantes de graduação de um Instituto Federal localizado na região sudeste do Brasil, considerando dimensões sociodemográficas, econômicas e acadêmicas. Analisa-se, em particular, a relação entre essas características e o desempenho acadêmico, medido pelo Coeficiente de Rendimento (CR), por meio da comparação entre diferentes grupos de estudantes. À luz das políticas de ações afirmativas implementadas nas últimas décadas, o estudo busca examinar em que medida a ampliação do acesso ao ensino superior tem se traduzido em condições de permanência e sucesso acadêmico, oferecendo evidências empíricas sobre padrões de diferenciação e desigualdade observados no contexto institucional analisado.

Para melhor compreensão do leitor, inicialmente apresenta-se a metodologia aplicada na pesquisa, seguida dos resultados obtidos e das discussões. Ao final, apresentam-se as considerações finais e as referências utilizadas. Espera-se que o artigo possa contribuir para uma reflexão em torno das políticas institucionais e das práticas pedagógicas, especialmente no contexto da EPT, visando a promover uma formação justa e equitativa.

METODOLOGIA

Este artigo descreve o perfil dos estudantes de graduação de um IF localizado na região sudeste do Brasil, considerando variáveis sociodemográficas, econômicas e acadêmicas. Para a pesquisa adotou-se uma abordagem exploratória e quantitativa, utilizando dados provenientes do sistema acadêmico da instituição coparticipante. A escolha e a ênfase na análise de um IF se justificam por aspectos contextuais e institucionais, além de sua significativa participação de grupos sub-representados e da integração em programas direcionados à permanência estudantil (Fior; Almeida, 2023). A escolha do CR como variável dependente justifica-se pelo fato de que, na instituição lócus da pesquisa, esse indicador não se restringe às notas obtidas nas avaliações, mas incorpora também outros aspectos, como, por exemplo, a frequência dos estudantes às aulas.

Os elementos que subsidiaram o estudo foram obtidos no ano de 2023, por meio de solicitação ao departamento de registro acadêmico, com a anuência dos diretores das respectivas unidades, formalizada pela assinatura de um termo de coparticipação. Os dados integram informações de 4.679 estudantes matriculados nos 22 cursos de licenciatura e bacharelado distribuídos entre diferentes subáreas da Engenharia, Ciências Humanas e Matemática ofertados (Quadro 1). Eles incluem número de matrícula; nacionalidade; sexo; cor/etnia (autodeclarada); idade; deficiência; estado civil; número de filhos; atuação profissional; renda familiar per capita; grau de escolaridade dos pais ou responsáveis; local de residência; instituição; curso; turno; ano de ingresso; período letivo; forma e modalidade de acesso; escola de origem e sua localização; e CR.

Os dados foram organizados em uma planilha eletrônica e, posteriormente, analisados por meio do software *Statistical Package for the Social Sciences* (IBM/SPSS), versão 28. As análises conduziram à criação de tabelas que sintetizaram as informações coletadas, permitindo verificar as taxas de frequência e porcentagem para a identificação das características predominantes na amostra examinada. Além disso, foram aplicados testes estatísticos de correlação e de diferença entre grupos, permitindo identificar possíveis implicações educacionais.

RESULTADOS

Inicialmente, a apresentação dos resultados explora as variáveis que mais contribuem para a democratização do acesso ao ensino superior. A análise concentra-se nas características dos estudantes, com ênfase nas formas de acesso e categorias de cotas, além de aspectos sociodemográficos e econômicos. Em seguida, os resultados dos testes estatísticos de

Quadro 1. Oferta de cursos de graduação na instituição.

CURSO	OFERTA
Bacharelado em Administração	Noturno
Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo	Integral
Bacharelado em Ciência e Tecnologia de Alimentos	Noturno
Bacharelado em Design Gráfico	Integral
Bacharelado em Engenharia Ambiental	Integral
Bacharelado em Engenharia da Computação	Noturno
Bacharelado em Engenharia de Controle e Automação	Integral
Bacharelado em Engenharia Elétrica	Integral
Bacharelado em Engenharia Mecânica	Integral
Bacharelado em Sistema da Informação	Noturno
Licenciatura em Biologia	Integral
Licenciatura em Ciências da Natureza	Vespertino/ Noturno
Licenciatura em Educação Física	Noturno
Licenciatura em Física	Integral
Licenciatura em Geografia	Matutino/ Noturno
Licenciatura em História	Noturno
Licenciatura em Língua Portuguesa e Literatura	Matutino/ Noturno
Licenciatura em Matemática	Matutino/ Noturno
Licenciatura em Música	Integral
Licenciatura em Química	Noturno
Licenciatura em Teatro	Vespertino/ Noturno

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

correlação e de diferença entre grupos são apresentados, oferecendo uma compreensão sobre a relação entre essas variáveis e o desempenho acadêmico dos estudantes.

Características da amostra

Conforme mencionado anteriormente, a amostra é constituída por 4.679 estudantes, dos quais 12 eram de nacionalidade estrangeira — oito de países da América do Sul, três da América do Norte e um da Europa. A maioria da amostra é do sexo masculino, representando 55,4%, com idades variando de 17 a 77 anos (média de 24,78; desvio padrão de 6,88). Havia 2.043 (43,7%) estudantes matriculados no período noturno, 1.759 (37,6%) em tempo integral, 682 (14,6%) no turno matutino e 195 (4,2%) no vespertino. Tais estudantes ingressaram na instituição por diferentes meios, conforme distribuição apresentada na Tabela 1.

Ao se observar os dados da Tabela 1, nota-se que o sistema de cotas, quer pelo Sisu, quer pelo vestibular, sustenta equivalência no número de matrículas no que diz respeito à representatividade de diferentes grupos. Com efeito, excluindo-se os que não declararam (5,6%), destaca-se uma grande presença de pretos e pardos, totalizando 2.274 (48,6%) matrículas, assim como pode ser observado na Tabela 2. Em se tratando das deficiências, por sua vez, somaram-se 54 estudantes (1,2%) que apresentavam algum dos tipos, sendo eles, por ordem de quantidade, deficiência auditiva, condutas típicas, física, intelectual, múltipla, não especificada, superdotação e visual.

Este conjunto de variáveis denota a acentuada heterogeneidade em termos de faixa etária, cor e etnia dos estudantes da presente amostra. Esta situação reflete-se também no fato de

Tabela 1. Matrículas por formas de ingresso.

FORMA DE INGRESSO	FREQUÊNCIA	PERCENTAGEM
Vestibular (ampla concorrência)	1.534	32,8
Sisu (ampla concorrência)	844	18,0
Vestibular (sistema de cotas para PPI egresso de escola pública)	726	15,5
Sisu (sistema de cotas para PPI egresso de escola pública)	512	10,9
Vestibular (sistema de cotas para egresso de escola pública)	480	10,3
Sisu (sistema de cotas para egresso de escola pública)	255	5,4
Portador de diploma	137	2,9
Transferência interna	92	2,0
Transferência externa	91	1,9
Vestibular (PcD PPI egresso de escola pública)	5	,1
Par-for (MEC/CAPES)	1	,0
Sisu (PcD PPI egresso de escola pública)	1	,0
Vestibular (PcD egresso de escola pública)	1	,0
Total	4.679	100

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Tabela 2. Cor e etnia da amostra.

	CATEGORIA	FREQUÊNCIA	PERCENTAGEM
Válido	Branca	2.091	44,7
	Parda	1.545	33,0
	Preta	729	15,6
	Amarela	34	0,7
	Indígena	17	0,4
	Total	4.416	94,4
Omisso	Não informada	263	5,6
Total		4.679	100

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

67,2% dos estudantes serem provenientes de escolas do sistema público de ensino e apenas 15,7% de instituições privadas (os demais não informaram). Entretanto, verifica-se ainda ser residual, na instituição, a presença de estudantes com necessidades educativas.

A renda per capita da população estudada também é um indicador da diversidade socioeconômica da população estudantil no ensino superior, no sentido de uma maior democratização do acesso por parte de grupos sociais menos favorecidos. Subtraindo-se os 755 (16,1%) estudantes da amostra que não informaram, a renda variava de menor ou igual a meio salário mínimo, somando 1.038 (22,2%) estudantes, até a renda superior a três salários mínimos, declarada por 339 (7,2%) estudantes. A descrição completa da renda per capita da amostra é apresentada na Tabela 3. Acrescenta-se o fato de que 3.880 (82,9%) deles exerciam uma atividade remunerada, entre as quais apenas 151 (3,2%) estavam diretamente relacionadas às suas áreas de formação.

Em consonância com a informação socioeconômica, também no nível da escolaridade dos pais ou responsáveis observa-se uma larga maioria de estudantes provenientes de famílias com baixos índices de escolaridade. Nota-se uma maior proporção de formação de nível

Tabela 3. Renda per capita da amostra.

	RENDA PER CAPITA	FREQUÊNCIA	PERCENTAGEM
Válido	Menor ou igual a 0,5 SM	1.038	22,2
	Entre 0,5 e 1 SM	1.097	23,4
	Entre 1 e 1,5 SM	777	16,6
	Entre 1,5 e 2,5 SM	483	10,3
	Entre 2,5 e 3 SM	190	4,1
	Superior a 3 SM	339	7,2
	Total	3.924	83,9
Omisso	Não informado	755	16,1
Total		4.679	100

SM = Salário mínimo. Fonte: Dados da pesquisa (2023).

básico — ensino fundamental ou ensino médio — somando 2.782 (59,4%) entre os pais ou responsáveis e 2.552 (54,5%) entre as mães ou responsáveis. Segue-se a formação em nível de graduação, sendo 848 (18,1%) entre as mães ou responsáveis e 616 (13,2%) entre os pais ou responsáveis, e a de pós-graduação, incluindo 403 (8,6%) entre as mães ou responsáveis e 174 (3,7%) entre os pais ou responsáveis. Com formação técnica, verificam-se 155 (3,3%) entre os pais ou responsáveis e 75 (1,6%) entre as mães ou responsáveis. Embora em menor número, deve-se destacar que 26 pais ou responsáveis e 24 mães ou responsáveis não tinham escolaridade, totalizando 50 (1,1%).

Combinando as informações, pode-se depreender que a maioria da população estudantil da instituição é proveniente dos estratos sociais mais baixos; inclusive, uma larga maioria dos estudantes necessita trabalhar para atender às suas necessidades pessoais e familiares. O levantamento sobre a ampla faixa etária dos discentes (abrangendo desde jovens até adultos), o estado civil e as responsabilidades familiares, como a presença de filhos e o exercício profissional, indica ainda a multiplicidade de situações entre os estudantes.

Rendimento acadêmico

Para o cálculo do CR, a instituição considera as disciplinas cursadas pelo estudante, levando em conta as respectivas notas e os créditos correspondentes, sendo seis a média mínima para aprovação. Desse modo, ao se excluírem os estudantes cujo semestre ainda não foi finalizado (isto é, os do primeiro período) e aqueles cujas notas referentes ao período da pandemia de COVID-19 não foram solicitadas e, portanto, não foram integralizadas, obtém-se a distribuição apresentada na Tabela 4.

A correlação de *Spearman* mostrou haver uma correlação negativa significativa, embora fraca, entre CR e idade ($\rho = -0,163$; $p < 0,001$) e entre CR e número de filhos ($\rho = -0,072$; $p < 0,001$). Em ambos os casos, a correlação negativa traduz que o rendimento é mais elevado em estudantes de menor idade e com menor número de filhos. A correlação também foi negativa em relação à categoria cor, na qual os autodeclarados pretos e pardos mostraram CR inferior aos de cor branca ou amarela ($\rho = -0,098$; $p < 0,001$), tomando-se apenas esses dois grupos de estudantes. Por outro lado, os dados mostram existir uma correlação positiva entre CR e período do curso ($\rho = 0,100$; $p < 0,001$), ou seja, quanto maior o período do curso, maior o valor de CR. Ao comparar os valores entre homens e mulheres, foi possível encontrar diferença estatisticamente significativa por meio do teste t para grupos independentes ($t(4.058,34) = -10.652$; $p < 0,001$), apresentando as mulheres uma média superior à dos homens (7,09 versus 6,43). No caso do teste-t previamente analisou-se a homogeneidade da variância através do teste de Levene e o nível de significância de $p = .05$. A diferença não se mostra estatisticamente significativa entre estudantes com e sem deficiência ($t(4.228) = 1.358$; $p > 0,05$), sendo significativa comparando estudantes que exercem e não

Tabela 4. Classificação de CR por quantidade de matrículas.

	CLASSIFICAÇÃO DE CR	FREQUÊNCIA	PERCENTAGEM
Válido	Abaixo de 3	286	6,1
	Entre 3 e 5,9	1.012	21,6
	Entre 6 e 8,9	2.612	55,8
	Entre 9 e 10	320	6,8
	Total	4.230	90,4
Omisso	Período não finalizado	3	,1
	Não solicitou aproveitamento	79	1,7
	Semestre letivo não finalizado	367	7,8
	Total	449	9,6
	Total	4.679	100

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

exercem atuação profissional ($t(933,663) = 5,96$; $p < 0,05$), não sendo também significativa a diferença quando se comparam estudantes oriundos de instituições dos meios rural e urbano ($t(68,44) = 0,884$; $p > 0,05$). Estudantes com deficiência, em média, têm valores de CR inferiores ($M = 6,13$) em relação a quem não apresenta deficiência ($M = 6,50$); os estudantes sem atividade profissional apresentam rendimentos superiores ($M = 6,66$) relativamente aos que a exercem ($M = 6,11$); e os estudantes procedentes de escolas da zona urbana detêm valores de CR superiores ($M = 6,74$) quando comparados aos vindos da zona rural ($M = 6,50$), mas essa discrepância não se mostra estatisticamente significativa.

Após realizar o teste de ANOVA, por meio do *post hoc* de Tukey, também foi possível identificar diferenças estatisticamente significativas entre CR e categoria de ingresso na instituição [$F(9, 4217) = 5,224$; $p < 0,001$], turno [$F(3, 4226) = 37,394$; $p < 0,001$] e escola de origem [$F(3, 3518) = 10,725$; $p < 0,001$]. No tocante à categoria de admissão no instituto, omitindo-se valores menores que dois para a categoria de ingresso na instituição — Parfor (MEC/CAPES), Sisu (PcD Egresso de Escola Pública/PPI/Renda $\leq 1,5SM$) e Vestibular (PcD Egresso de Escola Pública/Renda $> 1,5SM$) —, verificou-se os discentes ingressos por vestibular na categoria ampla concorrência apresentarem média de CR superior ($M = 6,77$; $DP = 2,03$) em relação às médias dos cotistas pretos e pardos egressos de escola pública do Sisu ($M = 6,23$; $DP = 1,98$). A média dos estudantes matriculados em tempo integral ($M = 6,22$; $DP = 2,01$) é inferior quando comparada à dos estudantes dos turnos vespertino ($M = 7,23$; $DP = 1,65$), matutino ($M = 7,09$; $DP = 1,99$) e noturno ($M = 6,63$; $DP = 2,04$). Também se verifica diferença ($p < 0,001$) entre os discentes dos turnos noturno ($M = 6,63$; $DP = 2,04$) e matutino ($M = 7,09$; $DP = 1,99$). Quanto à escola de origem, os estudantes vindos de escolas públicas apresentam CR estatisticamente inferior ($M = 6,63$; $DP = 2,02$) face aos estudantes de escolas privadas ($M = 6,94$; $DP = 1,86$).

DISCUSSÃO

As políticas afirmativas na EPT no Brasil representam um compromisso essencial na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Essas políticas têm bases sólidas e demonstram resultados positivos, mas o trabalho está longe de estar completo. Ao se analisarem os resultados do estudo, é possível observar como a diversidade na instituição se traduz em desafios e oportunidades, despertando reflexões sobre como estratégias inclusivas podem ser implementadas, garantindo a todos os estudantes uma experiência educacional enriquecedora e equitativa. Com efeito, torna-se crucial compreender como a variedade de perfis influencia diretamente as dinâmicas educacionais, possibilitando o desenvolvimento de ambientes que

valorizem e respeitem as diferenças, favorecendo a permanência e a conclusão dos cursos por todos os estudantes ingressados.

A distribuição de matrículas entre escolas públicas e privadas, com a maioria vinda do sistema público, cujo CR é inferior em relação aos estudantes oriundos de escolas privadas, demanda discussões sobre as implicações das diferentes origens educacionais. A correlação negativa entre CR e categoria cor também desvela disparidades, com autodeclarados pretos e pardos apresentando médias inferiores às dos de cor branca ou amarela. Essas correlações apontam a influência de fatores sociais e demográficos no desempenho acadêmico. Trata-se, sobretudo, de uma expressão do racismo estrutural que atravessa o sistema educacional brasileiro (Almeida, 2019), o que se manifesta empiricamente em desigualdades persistentes de desempenho, como também evidenciado em estudos sobre ensino superior brasileiro (Nierotka; Bonamino, 2023).

Não por acaso, a variação na renda per capita, com 22,2% dos estudantes apresentando uma renda igual ou inferior a meio salário mínimo, revela ampla presença de desigualdade socioeconômica. Essa disparidade pode ter implicações significativas na aquisição dos recursos educacionais e influenciar de forma direta o desempenho acadêmico e a dedicação ao curso (Nierotka; Bonamino, 2023). Com efeito, é possível que esses discentes encontrem mais barreiras, menos apoio e experimentem um baixo sentimento de pertença, motivação e autoeficácia, levando-os à evasão (Bandura; Adams; Beyer, 1977; Conefrey, 2021). Vista de uma perspectiva mais ampla, essa realidade contribui para a perpetuação da desigualdade (Bourdieu, 1986; Machado; Oliveira; Freitas, 2020). Essa discussão pode se concentrar em estratégias para oferecer, além do suporte financeiro, apoio acadêmico e emocional a estudantes com maior probabilidade de enfrentar adversidades devido à sua condição socioeconômica.

A presença de discentes com diferentes tipos de deficiência também destaca a importância da acessibilidade e da inclusão nas instituições de ensino superior (Conte; Ourique; Basegio, 2017). Adequações podem ser ampliadas e aprimoradas com o intuito de assegurar que as instalações, os materiais didáticos e as práticas pedagógicas sejam organizadas de maneira a atender, de forma efetiva, às necessidades educacionais específicas (Belther, 2017; Oliveira; Nozu; Rebelo, 2023). Por sua vez, o *design* pluriversal não deve ser concebido como parte orgânica, mas sim como uma das soluções sistêmicas, com o objetivo de enfrentar os problemas estruturais (Escobar, 2018). Propondo a construção de instituições de ensino como ecossistemas inclusivos, Freitas (2023, p. 12) aponta que “ninguém é lento em si mesmo, mas somente no âmbito de um fluxo relacional, em que esse alguém se torna lento em relação a alguém ou algo”. Compreender e apreciar as diversas perspectivas e diferenças, portanto, é fundamental para uma coexistência harmoniosa e inclusiva (Conte; Ourique; Basegio, 2017).

Para além dos aspectos mais diretamente relacionados à política de ações afirmativas, outros resultados requerem atenção das instituições. A presença de discentes de primeira geração, cujos pais ou responsáveis não têm formação superior (Nguyen; Nguyen, 2018), destaca a necessidade específica de apoio a esse grupo. Esses estudantes muitas vezes diferem em termos étnicos e sociodemográficos; logo, após superarem os obstáculos iniciais do curso, é comum que enfrentem desafios para concluí-lo. Por não possuírem formação de nível superior, as pessoas mais próximas desses estudantes podem não estar familiarizadas com as normas típicas do ambiente universitário, tornando-as menos capazes de oferecer-lhes apoio ao longo do percurso acadêmico (Furquim et al., 2017).

Por outro lado, a presença de um número crescente de estudantes estrangeiros indica uma tendência à internacionalização dos ambientes acadêmicos, ampliando o intercâmbio cultural e a partilha de experiências. Essa diversidade é capaz de contribuir para o enriquecimento do ambiente de aprendizagem, promovendo a compreensão intercultural e ampliando as perspectivas dos discentes, gerando oportunidades de compartilhamento de experiências de vida e visões de mundo diferentes. Experiências dessa natureza podem apresentar efeitos compensatórios àqueles menos preparados academicamente e integrantes de grupos sub-representados, sobretudo pelo capital cultural fornecido (Kuh, 2008; Kuh; O'Donnell; Schneider, 2017; Zhang; Guo; Shi, 2017; Conefrey, 2021).

A distribuição de discentes do sexo masculino e feminino evidencia um ambiente acadêmico no qual se busca promover a igualdade de oportunidades para ambos. Entretanto, a disparidade de distribuição dos sexos entre os cursos converge para as constatações de estudos que abordam

a relação de gênero com a formação profissional, no sentido de algumas profissões serem mais apropriadas às mulheres, enquanto outras, mais apropriadas aos homens, refletindo a concepção hegemônica historicamente constituída (Carvalho; Casagrande, 2011; Casagrande; Souza, 2016; Lopes; Leal, 2005; Souza et al., 2014; Souza et al., 2016). Essa observação levanta questionamentos sobre as vivências dos estudantes e as possíveis implicações no seu cotidiano acadêmico. Torna-se necessário pensar em estratégias para atendimento aos desafios enfrentados por diferentes grupos de gênero, incluindo programas de fomento à participação conforme a demanda de determinados cursos (Brito; Pavani; Lima Junior, 2015; Almeida et al., 2024).

A correlação positiva entre o CR e o período do curso mostra uma tendência de melhoria no desempenho acadêmico conforme os estudantes avançam nos semestres. Essa observação pode ser interpretada à luz da adaptação dos estudantes ao ambiente universitário e da maior familiaridade com estratégias de estudo ao longo do tempo. Por outro lado, a multiplicidade de situações entre os estudantes implica nos resultados de desempenho acadêmico. Tais condições destacam a necessidade de uma abordagem holística no planejamento de políticas de suporte, considerando os compromissos familiares e pessoais que impactam o percurso acadêmico. Estratégias como programas de orientação psicossocial, flexibilidade no cronograma acadêmico para melhor conciliação entre trabalho e estudo e apoio à parentalidade, por exemplo, podem contribuir para atender às demandas diversificadas dos estudantes não tradicionais.

Ainda sobre a relação trabalho-estudo, a análise das atividades remuneradas revela que apenas uma pequena proporção (3,2%) dos estudantes exerce funções diretamente relacionadas às suas áreas de formação. Isso implica um possível contratempo na integração da experiência profissional com a formação acadêmica, sugerindo áreas de melhoria e uma necessidade de ampliar as oportunidades de estágio e práticas de aprendizado. As experiências de estágio desempenham um papel crucial ao complementar a formação acadêmica dos discentes, permitindo-lhes aplicar na prática os conhecimentos adquiridos no curso. Isso proporciona aos estudantes uma visão realista da atuação profissional associado a melhores chances de obtenção de emprego e de desenvolvimento profissional (Lavall; Barden, 2014).

A representação diversificada de estudantes oriundos de diferentes estados e municípios, em relação aos *campi*, destaca a abrangência da instituição como um polo educacional atrativo. Com a implementação de programas de acesso ao ensino superior, como o Sisu, os candidatos não só têm a oportunidade de escolher a localidade onde desejam estudar, mas também o curso a ser realizado. Entretanto, a predominância de estudantes oriundos do mesmo município onde as unidades estão localizadas sugere que a proximidade geográfica pode influenciar na escolha da instituição e do curso. Discussões sobre acessibilidade geográfica, barreiras de deslocamento e estratégias com o intuito de atrair discentes de outras localidades são possíveis e merecem ser exploradas.

Por outro lado, o número significativo de estudantes vindos de regiões distantes da instituição suscita reflexões sobre suas experiências, sobretudo no que diz respeito aos aspectos psicossociais. Durante o ingresso e permanência no ensino superior, esses discentes enfrentam adversidades decorrentes de situações sociais e intelectuais desconhecidas, resultantes das demandas do novo ambiente educacional e das implicações dessa transição em diversos aspectos de suas vidas (Chickering; Schlossberg, 2002; Deps; Cara, 2018; Farias; Gouveia; Almeida, 2022). Nesse processo, os estudantes mobilizam seus recursos a fim de se familiarizarem com os espaços, conhecerem pessoas e estabelecerem ou fortalecerem redes de apoio. Esse desafio pode ser ainda mais acentuado para aqueles que se deslocam em direção a outra cidade com o objetivo de fazer o curso, pois precisam se adaptar não apenas à instituição, mas também ao contexto local (Casanova; Araújo; Almeida, 2020).

De fato, os contratempos enfrentados pelos estudantes estão relacionados a diversas condições psicossociais externas capazes de impactar seu desenvolvimento acadêmico. Madzhie (2015) identifica que situações como conflitos, mudanças de vida e pressões são preditores significativos para a qualidade de vida dos discentes universitários. Essa dinâmica, previamente conceituada por Tinto e Cullen (1973), descreve tais influências como forças externas que interferem no cotidiano acadêmico. Fior, Mercuri e Silva (2013) destacam a capacidade da instituição na promoção do senso de pertencimento, por meio de atividades que incentivam os estudantes a se engajarem e compartilharem suas experiências.

Nesse cenário, Tinto (2017) reforça que experiências não obrigatórias têm grande potencial para o desenvolvimento desse senso de pertencimento, especialmente entre os calouros. Isso ocorre porque, ao se sentirem parte da comunidade acadêmica, os estudantes se envolvem mais no processo de aprendizagem, o que favorece sua permanência e desenvolvimento. Assim, como as experiências podem variar entre grupos e contextos, é possível explorar estratégias pedagógicas e de suporte que considerem essas diversidades, a fim de apoiar uma transição mais adequada ao ensino superior, bem como a permanência dos estudantes no curso (Finley; McNair; Clayton-Pedersen, 2022).

Destarte, a análise dos dados não apenas revela a diversidade presente, mas também evidencia a necessidade contínua de aprimoramento e adaptação de políticas e práticas educacionais para atender às diferentes demandas dos estudantes. Verifica-se não ser suficiente assegurar o acesso aos estudantes tradicionalmente segregados do ensino superior, pois, sem apoio à sua adaptação, aprendizagem e sucesso acadêmico, há maior probabilidade de eles abandonarem o curso antes da conclusão (Farias; Gouveia; Almeida, 2022; Fior; Almeida, 2023; Nierotka; Bonamino, 2023; Oliveira; Nozu; Rebelo, 2023). O compromisso com a equidade requer avaliações regulares e ajustes pertinentes (McCormick; Kinzie; Gonyea, 2013; Tippelt, 2017), assegurando que as estratégias adotadas estejam alinhadas aos resultados educacionais desejados. Nesse processo, não importa somente detectar limitações e fragilidades dos estudantes, mas também reconhecer e mobilizar seus recursos potenciais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas afirmativas têm demonstrado, ao longo dos anos, um impacto positivo significativo. A título de exemplo, alguns estudos revelam que a diversificação dos perfis dos estudantes nas instituições de ensino superior enriquece o ambiente acadêmico e prepara camadas mais amplas e heterogêneas da população para uma vida social e um mercado de trabalho igualmente diversificados, mas com tendências mais exigentes em termos de competências cognitivas, conhecimentos e qualificações profissionais. No tocante à EPT, em particular, essas políticas têm contribuído para uma maior representatividade de grupos historicamente sub-representados em setores profissionais críticos, como engenharia, tecnologia e ciências.

A aproximação no número de matrículas entre as diferentes formas de admissão ao ensino superior destaca a eficácia das ações afirmativas. Na presente amostra, a pesquisa revela uma diversidade notável entre os estudantes, especialmente com relação à participação de grupos que antes não teriam como obter uma formação superior pública de qualidade, tais quais os oriundos de escolas públicas de diferentes contextos socioeconômicos, pretos e pardos e PcD, contribuindo para a democratização do acesso ao ensino superior na região de sua abrangência. Por conseguinte, o sistema de cotas, seja por meio do Sisu ou pelo vestibular, constitui um instrumento crucial para a equidade, contribuindo para a representatividade de diferentes grupos. Assim, a diversidade de público na instituição pode ser considerada um indicativo positivo para o acesso igualitário ao ensino superior, ao levar em conta as diferentes características e realidades dos estudantes, bem como seus antecedentes.

Não obstante a ampliação das formas de ingresso, a efetividade da política de cotas traz desafios emergentes quanto ao sucesso acadêmico dos discentes. O fato de estudantes pretos e pardos, correspondentes à maioria na amostra, apresentarem CR inferiores aos dos estudantes brancos não pode ser interpretado apenas como reflexo de trajetórias escolares distintas ou de condições socioeconômicas adversas. Trata-se, para alguns autores, de uma expressão do racismo estrutural que atravessa a sociedade, bem como o sistema educacional brasileiro. Importante assumir que, as diferenças de desempenho observadas entre grupos raciais não podem ser compreendidas como atributos individuais ou biológicos, mas antes como resultado de processos históricos e estruturais que acabam por impactar negativamente a permanência e o sucesso acadêmico desses estudantes.

A participação de estudantes que conciliam trabalho e outras responsabilidades com os estudos, de faixas etárias e origens geográficas variadas, e de primeira geração, desafia igualmente as instituições quanto às suas políticas, práticas e propostas pedagógicas. Essa diversidade transcende os aspectos estritamente acadêmicos e reforça as demandas de ordem psicossocial, haja vista sua influência no desenvolvimento acadêmico e na permanência

na instituição. Assim, tendo-se reconhecido a importância de se combater disparidades, a igualdade de oportunidades não poderá ser alcançada sem estratégias específicas destinadas a combater a discriminação e a exclusão estrutural. Nesse sentido, é fundamental manter um compromisso contínuo com o aprimoramento e a expansão dessas políticas, conforme a sociedade evolui e enfrenta novos desafios relacionados à igualdade.

Vale ressaltar que o presente estudo se baseia em dados acadêmicos e administrativos disponíveis na instituição, os quais delimitam as possibilidades analíticas aqui desenvolvidas. Ainda assim, os resultados obtidos evidenciam a necessidade de ampliar, em investigações futuras, o conjunto de variáveis utilizadas na análise do desempenho acadêmico, de modo que as instituições possam dispor de evidências mais abrangentes para refletir sobre os impactos das condições individuais e contextuais no cotidiano acadêmico. Nesse sentido, informações de natureza mais processual, como acesso a bolsas e auxílios, condições de moradia, deslocamento, responsabilidades familiares e inserção no trabalho, mostram-se potencialmente relevantes para aprofundar a compreensão dos fatores associados à permanência e ao desempenho dos estudantes. Além disso, o uso de procedimentos longitudinais, como a análise de sobrevivência, pode contribuir para o acompanhamento do tempo de permanência no ensino superior e para a investigação de sua relação com características individuais, institucionais e contextuais.

Estudos futuros também podem examinar as trajetórias dos estudantes após a conclusão do curso, considerando, por exemplo, o impacto dessas variáveis na continuidade dos estudos, particularmente no ingresso na pós-graduação, e na inserção no mercado de trabalho. Por fim, abordagens qualitativas ou de métodos mistos podem complementar as análises quantitativas aqui apresentadas, permitindo captar experiências subjetivas, percepções de discriminação e barreiras simbólicas vivenciadas por diferentes grupos de estudantes, em especial aqueles oriundos de políticas de ações afirmativas.

AGRADECIMENTOS

Nada a declarar.

REFERÊNCIAS

Almeida, L. S. *et al.* Expansão do Ensino Superior: realidades e significados em alguns países de língua portuguesa e espanhola. **Revista Lusófona de Educação**, Lisboa, v. 63, p. 13-30, 2024. DOI: <https://doi.org/10.60543/issn.1645-7250.rle63.01>.

Almeida, S. L. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

Araújo, A. M. *et al.* Dificuldades antecipadas de adaptação ao Ensino Superior: Um estudo com alunos do primeiro ano. **Revista de Estudios e Investigacion en Psicología e Educación**, A Coruña, v. 3, n. 2, p. 102-111, 2016.

Bandura, A.; Adams, N. E.; Beyer, J. Cognitive processes mediating behavioral change. **Journal of Personality and Social Psychology**, v. 35, n. 3, p. 125-139, 1977. DOI: <https://doi.org/10.1037/0022-3514.35.3.125>. PMID:15093.

BELTHER, J. M. **Educação especial**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2017.

Bourdieu, B. P. As formas de capital. In: RICHARDSON, J. **Manual de Teoria e Pesquisa para a Sociologia da Educação**. Westport, CT: Greenwood: 1986.

BRASIL. **Portaria n. 438, de 28 de maio de 1998**. Institui o Exame Nacional do Ensino Médio. Brasília: Ministério da Educação, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer 98/99**: Regulamento de Processo Seletivo para acesso a cursos de graduação Universidades, Centros Universitários e Instituições de Ensino Isoladas de Ensino Superior. Brasília, DF, 1999.

BRASIL. **Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília: Ministério da Educação, 2012.

BRASIL. **Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília: Ministério da Educação, 2008.

BRASIL. **Portaria Normativa n. 2, de 26 de janeiro de 2010**. Institui e regulamenta o Sistema de Seleção Unificada, sistema informatizado gerenciado pelo Ministério da Educação, para seleção de candidatos a vagas em cursos de graduação disponibilizados pelas instituições públicas de educação superior dele participantes. Brasília: Ministério da Educação, 2010.

BRASIL. **Lei n. 13.409, de 28 de dezembro de 2016**. Altera a Lei n.º 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13409.htm. Acesso em: 20 fev. 2024.

BRASIL. **Plataforma Nilo Peçanha**: ano base 2022. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2023a. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/pnp>

BRASIL. **Lei n. 14.723, de 13 de novembro de 2023**. Altera a Lei n.º 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre o programa especial para o acesso às instituições federais de educação superior e de ensino técnico de nível médio de estudantes pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio ou fundamental em escola pública. Brasília, DF: Presidência da República, 2023b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14723.htm. Acesso em: 20 fev. 2024.

Brito, C.; Pavani, D.; Lima JUNIOR, P. Meninas na Ciência: atraindo jovens mulheres para carreiras de Ciência e Tecnologia. **Revista Gênero**, Niterói, v. 16, n. 1, p. 33-50, 2015. DOI: <https://doi.org/10.22409/rg.v16i1.744>.

Cara, G. R. B.; Cruz, S. R.; Manhães, E. K. Acesso, permanência e êxito dos estudantes: uma análise das políticas do IFFluminense. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 18, p. 1-12, 2023.

Carvalho, M. G.; Casagrande, L. S. Mulheres e ciência: desafios e conquistas. **Revista Internacional Interdisciplinar Interthesis**, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 20-35, 2011.

Casagrande, L. S.; Souza, Â. M. F. L. Para além do gênero: mulheres e homens em engenharias e licenciaturas. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 24, n. 3, p. 825-850, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2016v24n3p825>.

Casanova, J. R. *et al.* Promoting success and persistence in pandemic times: an experience with first-year students. **Frontiers in Psychology**, v. 13, p. 815584, 2022. DOI: <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2022.815584>. PMID:35310231.

Casanova, J. R.; Araújo, A. M.; Almeida, L. S. Dificuldades na adaptação acadêmica dos estudantes do 1º ano do Ensino Superior. **Revista E-Psi**, Lisboa, v. 9, n. 1, p. 165-181, 2020.

Casanova, R. J.; Bernardo, A. B.; Almeida, L. S. Dificuldades na adaptação acadêmica e intenção de abandono de estudantes do primeiro ano do Ensino Superior. **Revista de Estudios e Investigación en Psicología y Educación**, v. 8, n. 2, p. 211-228, 2021. DOI: <https://doi.org/10.17979/reipe.2021.8.2.8705>.

Chickering, A. W.; Schlossberg, N. K. **Getting the most out of college**. Hoboken: Prentice Hall, 2002.

Conefrey, T. Supporting first-generation students. **Journal of College Student Retention**, v. 23, n. 1, p. 139-160, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1177/1521025118807402>.

Conte, E.; Ourique, M. L. H.; Basegio, A. C. Tecnologia assistiva, direitos humanos e educação inclusiva: uma nova sensibilidade. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 33, pp. e163600, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-4698163600>.

Deps, V. L.; Cara, G. R. O processo de transição no ingresso ao ensino superior de estudantes dos cursos de licenciatura de uma universidade pública do interior do estado do Rio de Janeiro. **Psicologia Educação Cultura**, Lisboa, v. 20, p. 52-71, 2018.

Escobar, A. **Designs for the pluriverse**. Durham: Duke University Press, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1215/9780822371816>.

Farias, R.; Gouveia, V. V.; Almeida, L. A. Adaptação e sucesso acadêmico em estudantes brasileiros do primeiro ano da educação superior. **Revista de Estudios e Investigación en Psicología y Educación**, A Coruña, v. 9, n. 1, p. 58-75, 2022. DOI: <https://doi.org/10.17979/reipe.2022.9.1.8830>.

Finley, A.; McNair, T.; Clayton-Pedersen, A. Designing equity-centered highimpact practices. In: Zilvinskis, J. *et al.* (Ed.), **Delivering on the promise of high-impact practices: research and models for achieving equity, fidelity, impact, and scale**, Stylus, Sterling, Virginia, 2022, 312 p.

Fior, C. A.; Almeida, L. S. Evasão nos cursos de Licenciatura: influência de variáveis pessoais e acadêmicas. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 17-27, 2023.

Fior, C. A.; Mercuri, E.; Silva, D. Evidências de validade da Escala de Envolvimento Acadêmico para universitários. **Avaliação Psicológica: Interamerican Journal of Psychological Assessment**, v. 12, n. 1, p. 81-89, 2013.

Freitas, M. C. Educação inclusiva: diferenças entre acesso, acessibilidade e inclusão. **Cadernos de Pesquisas (Fundação Carlos Chagas)**, v. 53, pp. e10084, 2023.

Furquim, F. *et al.* Navigating the financial aid process: Borrowing outcomes among first-generation and non-first-generation students. **The Annals of the American Academy of Political and Social Science**, Philadelphia, v. 671, n. 1, p. 69-91, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1177/0002716217698119>.

Heringer, R. Democratização da educação superior no Brasil: das metas de inclusão ao sucesso acadêmico. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 7-17, 2018. DOI: <https://doi.org/10.26707/1984-7270/2019v19n1p7>.

Kuh, G. D. Excerpt from high impact educational practices: what they are, who has access to them and why they are important. **Association of American Colleges and Universities**, Washington, v. 14, n. 3, p. 28-29, 2008.

- Kuh, G. D.; O'Donnell, K.; Schneider, C. G. H1Ps at ten: progress, prospects, and disappointing results. **Liberal Education**, Washington, v. 103, n. 2, p. 14-23, 2017.
- Lavall, J.; Barden, J. Estágio não obrigatório: contribuições para a formação acadêmica e profissional do estudante da UNIVATES. **Revista Gestão Universitária na América Latina**, Florianópolis, v. 7, n. 2, p. 47-68, 2014.
- Lopes, M. J. M.; Leal, S. M. C. A feminização persistente na qualificação profissional da enfermagem brasileira. **Cadernos Pagu**, v. 24, n. 24, p. 105-125, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-83332005000100006>.
- Machado, G. C.; Oliveira, C. A.; Freitas, T. A. Avaliação do impacto dos benefícios Pnaes sobre o desempenho acadêmico: O caso da Universidade Federal do Rio Grande. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, v. 55, p. 27-60, 2020. <https://doi.org/10.38116/ppp55art2>.
- Madzhie, M. University Students' Perceptions of the Causes of Stress. **Journal of Social Sciences**, v. 44, n. 1, p. 53-59, 2015. <https://doi.org/10.1080/09718923.2015.11893459>.
- Marinho-Araújo, C. M. Psicologia Escolar na Educação Superior: novos cenários de intervenção e pesquisa. In: MARINHO-ARAÚJO, C. M. (Org.), **Psicologia Escolar: novos cenários e contextos de pesquisa, formação e prática**. 2. ed. Campinas: Alínea, 2015. p. 133-173.
- Mccormick, A.; Kinzie, J.; Gonyea, R. Student engagement: bridging research and practice to improve the quality of undergraduate education. **Higher Education**, Dordrecht, v. 28, n. 1, p. 47-92, 2013.
- Nguyen, T. H.; Nguyen, B. M. D. Is the "first-generation student" term useful for understanding inequality? The role of intersectionality in illuminating the implications of an accepted -yet unchallenged - term. **Review of Research in Education**, v. 42, n. 1, p. 146-176, 2018. <https://doi.org/10.3102/0091732X18759280>.
- Nierotka, R. L.; Bonamino, A. M. C. Conclusão de curso no ensino superior: um olhar sobre ingressantes das camadas populares na Universidade Federal da Fronteira Sul. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 104, p. e5224, 2023. <https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.104.5224>.
- Oliveira, H. S.; Nozu, W. C. S.; Rebelo, A. S. Permanência de estudantes com deficiência em universidades federais do Centro-Oeste brasileiro durante a pandemia de covid-19. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 104, p. e5451, 2023. DOI: <http://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.104.5451>.
- Osti, A.; Almeida, L. S. A satisfação acadêmica no contexto do ensino superior brasileiro. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 17, n. 3, p. 1558-1576, 2022. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v17i3.16088>.
- Pacheco, E. **Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. São Paulo: Fundação Santillana; Editora Moderna, 2011.
- Pereira-Neto, L. L.; Faria, A. A. G. B.; Almeida, L. S. Os estudantes não-tradicionais e os desafios da adaptação ao ensino superior remoto. **Revista Humanidades e Inovação**, Palmas, v. 9, n. 27, p. 140-152, 2022.
- Souza, L. K. C. S. *et al.* Gênero e formação profissional: considerações acerca do papel feminino na construção da carreira de nutricionista. **Demetra: Alimentação, Nutrição & Saúde**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 3, p. 773-788, 2016. <https://doi.org/10.12957/demetra.2016.23426>.
- Souza, L. L. *et al.* Representações de gênero na prática de enfermagem na perspectiva de estudantes. **Ciências & Cognição**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 218-232, 2014.
- Tinto, V. Reflections on student persistence. **Student Success**, Brisbane v. 8, n. 2, p. 1-8, 2017. DOI: <https://doi.org/10.5204/ssj.v8i2.376>.
- Tinto, V.; Cullen, J. **Dropout in higher education: a review and theoretical synthesis of recent research**. Washington: Office of Planning, Budgeting, and Evaluation. 1973.
- Tippelt, R. Vocational Training and Drop out: reasons and prevention in dual systems. In: DORE, R.; SALES, P. E. N.; SILVA, C. E. G. (Orgs.), **Educação Profissional e evasão escolar: contextos e perspectivas**. Belo Horizonte: RIMEPES, 2017. p. 295-320.
- Zhang, H.; Guo, F.; Shi, J. On improving first-generation college students' participation in high-impact educational practices. **Education Research**, Beijing, v. 38, n. 6, p. 32-43, 2017.

Contribuições dos autores

GRBC: Conceitualização, Metodologia, Gerenciamento de dados, Coleta de dados, Análise estatística, Análise de dados, Validação, Escrita, Revisão. LSA: Conceitualização, Metodologia, Análise estatística, Análise de dados, Validação, Escrita, Revisão.

Editor: Prof. Dr. José Luís Bizelli

Editora Adjunta Executiva: Profa. Dra. Flavia Maria Uehara